

Relatório de Diagnóstico do IACM – AUDIN/UFFS

Ano 2023



POR QUE O TRABALHO FOI REALIZADO?

O Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental, aprovado pela Instrução Normativa CGU/SFC nº 3, de 09 de junho de 2017, em consonância com a Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (IPPF) do Instituto dos Auditores Internos (IIA), estabelece que as Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG) devem “*instituir e manter um Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ) que contemple toda a atividade de auditoria interna, desde o seu gerenciamento até o monitoramento das recomendações emitidas*”.

A Audin possui seu Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ), o qual contempla avaliações internas e externas, orientadas a avaliar a qualidade dos trabalhos e promover a melhoria contínua da atividade de auditoria interna governamental.

Considerando que o PGMQ utiliza o IACM para sua operacionalização, a Audin estabeleceu o IACM como base/modelo para a realização da avaliação interna de qualidade do seu PGMQ, significando que se está adotando o IPPF (*International Professional Practices Framework*), que são os padrões internacionais/globais de normas de auditoria interna do IIA (*Institute of Internal Auditors*).

Nesta perspectiva, foi elaborado e apresenta-se o Relatório de Diagnóstico do IACM – Auditoria Interna da UFFS.

RESULTADOS:

Após avaliação dos 10 macroprocessos-chaves do nível de capacidade 2 do IA-CM, a Audin/UFFS concluiu que encontra-se no nível inicial, identificando oportunidade de melhoria em alguns macroprocessos-chave, com plano de ação a ser realizado até dezembro/2023 para a concretização e institucionalização das respectivas atividades essenciais que apresentaram fragilidades, a fim de que seja possível posterior reanálise e reapresentação de novo diagnóstico e declaração de auto avaliação de seu nível de maturidade para o atingimento do “Nível 2 – Infraestrutura” (meta inicial).

Chapecó, junho de 2023.

Equipe Técnica:

Deisi Klagenberg
Auditora-Chefe

Marisa Zamboni Pierezan
Chefe da Dataudin

Taíz Viviane dos Santos
Auditora

Sumário

1 INTRODUÇÃO	4
2 A METODOLOGIA IA-CM (<i>INTERNAL AUDIT CAPABILITY MODEL</i>).....	6
3 DA AUDITORIA INTERNA	9
4 METODOLOGIA	9
5 ESCOPO E ABORDAGEM.....	10
6 OBJETIVOS DA AUTOAVALIAÇÃO	13
7 RESULTADO DA AUTOAVALIAÇÃO DAS CAPACIDADES DA ATIVIDADE DE AUDITORIA INTERNA DA UFFS	13
8 CONCLUSÃO	16

1 INTRODUÇÃO

O Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental, aprovado pela [Instrução Normativa CGU/SFC nº 3, de 09 de junho de 2017](#), em consonância com a Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (IPPF) do Instituto dos Auditores Internos (IIA), estabelece que as Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG) devem “*instituir e manter um Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ) que contemple toda a atividade de auditoria interna governamental, desde o seu gerenciamento até o monitoramento das recomendações emitidas*”.

O artigo 23B do Regimento Interno da Unidade de Auditoria Interna da UFFS preconiza que será mantido de forma permanente, pela Auditoria Interna, o Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ) prevendo atividades de monitoramento contínuo, avaliação interna periódica e avaliação externa.

A instituição do PGMQ tem como objetivo promover “*uma cultura que resulta em comportamentos, atitudes e processos que proporcionam a entrega de produtos de alto valor agregado, atendendo às expectativas das partes interessadas*”. Para cumprir a finalidade, a iniciativa deve contemplar avaliações internas e externas, orientadas a avaliar a qualidade dos trabalhos e promover a melhoria contínua da atividade de auditoria interna governamental.

Cabe mencionar que a CGU estabeleceu o IA-CM¹ como base para avaliação interna de qualidade do seu PGMQ. Ao se adotar o IA-CM como modelo de avaliação da capacidade de auditoria significa que se está adotando o IPPF, que são os padrões internacionais/globais de normas de auditoria interna do IIA. Logo, temos o modelo internacional/global que a CGU adota (IN CGU 03/2017), o IA-CM (Modelo de referência de atuação da auditoria), de forma que o PGMQ utiliza o IA-CM para sua operacionalização. E da mesma forma a Audin utilizará o referido modelo em suas autoavaliações.

Ademais, a Portaria CGU nº 777, de 18 de fevereiro de 2019, anexo único, informa que “*Ao implementar o Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ) previsto*

¹ A estruturação do modelo IA-CM teve origem em recomendação emitida pelo Comitê do Setor Público do IIA (PSC), em 2004, para a criação de um modelo universal de avaliação de capacidade, o qual reforçasse a importância da auditoria interna para a eficiência e efetividade da Administração Pública. O desenvolvimento da ferramenta foi coordenado pelo *The Institute of Internal Auditors Foundation Research (IIARF)*, envolvendo profissionais de vários países e apoio do Banco Mundial e do IIA. O modelo foi lançado em 2009 e atualizado em 2017. Disponível em: <<file:///D:/Downloads/Relatorio%201076833-IA-CM-Infraero-2022.pdf>>. Acesso em Abril. 2023.

na Instrução Normativa SFC nº 03, de 09 de junho de 2017, e ao promover as respectivas avaliações externas de qualidade, recomenda –se que as Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG) utilizem como referência, preferencialmente, a metodologia Internal Audit Capability Model (IA –CM), do Instituto dos Auditores Internos (IIA)”.

Assim, a Audin da UFFS realizou, no 1º semestre de 2023, esta autoavaliação, visando identificar a sua capacidade de atividade de auditoria interna. A verificação foi realizada comparando as atividades e capacidades da atividade de auditoria interna com as expectativas estabelecidas no Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (*Internal Audit Capability Model – IA –CM*).

2 A METODOLOGIA IA-CM (*INTERNAL AUDIT CAPABILITY MODEL*)

O modelo de capacidade de Auditoria Interna (IA-CM) descreve os fundamentos necessários para uma auditoria interna eficaz no setor público, traçando um caminho evolutivo de desenvolvimento da unidade de auditoria interna, de modo a atender as necessidades de governança e as expectativas profissionais da organização.

O IA-CM é uma ferramenta estratégica, uma estrutura para autoavaliação e avaliações externas e um roteiro para melhoria e desenvolvimento ordenados. Estabelecida sob uma estrutura em cinco níveis de capacidade progressiva: 1 – inicial; 2 – infraestrutura; 3 – integrado; 4 – gerenciado e 5 – Otimizado, o modelo mostra as etapas para a progressão da Auditoria Interna de um nível de auditoria interna em direção às capacidades sólidas e eficazes de uma Auditoria Interna, geralmente associadas a uma organização mais madura e complexa.

O modelo do IA-CM ilustra os níveis e estágios pelos quais uma unidade de auditoria interna governamental pode evoluir à medida que define, implementa, mede, controla e melhora os seus processos e práticas. O modelo fornece diretrizes/estratégias para ajudar a atividade de Auditoria Interna a desenvolver atributos e atingir objetivos, avançando muito além de simplesmente atender às normas profissionais. Sua lógica compreende uma estrutura em blocos encadeados, demonstrando a progressão dos macroprocessos-chaves (KPAs) a partir de uma auditoria interna menos madura para uma Auditoria com capacidades fortes, estruturadas e eficazes.

Desse modo, o modelo IA-CM se presta a ser:

- uma ferramenta para avaliação e monitoramento da atividade de auditoria interna governamental;
- uma ferramenta de planejamento estratégico;
- um roteiro para o desenvolvimento de uma auditoria interna efetiva;
- um conjunto de “melhores práticas” a serem observadas; e,
- um instrumento de promoção, comunicação e sensibilização sobre a auditoria interna aos tomadores de decisão.

Os macroprocessos-chave (KPAs) referem-se a processos de auditoria interna, constituídos por atividades que devem ser desempenhadas e sustentadas para que a unidade de auditoria alcance os objetivos pretendidos, sendo composto por objetivo, atividades essenciais, produtos, resultados e práticas institucionalizadas. As atividades

essenciais dos respectivos KPAs devem ser dominadas institucionalmente, ou seja, estarem presentes e internalizadas na cultura da UFFS, para que a Audin atinja um determinado nível de capacidade.

A seguir pode-se visualizar a Matriz de Modelo de Capacidade de Auditoria Interna com seus respectivos níveis à esquerda da tabela, além dos seus seis elementos organizacionais essenciais presentes na segunda linha da tabela (Serviços e Papéis da Auditoria Interna; Gerenciamento de Pessoas; Práticas Profissionais; Gerenciamento do Desempenho e *Accountability*; Cultura e Relacionamento Institucional; Estruturas de Governança), bem como, o detalhamento de cada um dos 41 macroprocessos-chaves, a serem cumpridos para cada nível individualmente considerado.

Matriz de Modelo de Capacidade de Auditoria Interna²

IA-CM	Serviços e Papel da AI	Gerenciamento de pessoas	Práticas profissionais	Gerenciamento do Desempenho e Accountability	Cultura e Relacionamento Organizacional	Estruturas de Governança
Nível 5 – Otimizado	AI reconhecido como agente –chave de mudança – KPA 5.1	Envolvimento da liderança com organizações profissionais – KPA 5.3	Melhoria Contínua de Práticas Profissionais – KPA 5.5	Resultado e valor alcançados para a organização – KPA 5.6	Relações efetivas e permanentes – KPA 5.7	Independência, poder e autoridade da Atividade de AI – KPA 5.8
		Projeção da força de trabalho – KPA 5.2	Planejamento estratégico da AI – KPA 5.4			
Nível 4 – Gerenciado	Avaliação geral sobre governança, gestão de riscos e controles – KPA 4.1	AI contribui para o desenvolvimento da gestão – KPA 4.4	Estratégia de auditoria alavanca a gestão de risco da organização – KPA 4.5	Integração de medidas de desempenhos qualitativas e quantitativas – KPA 4.6	CAI (Chefe da Auditoria Interna) aconselha e influencia a mais Alta Gerência – KPA 4.7	Supervisão independente das Atividades de AI – KPA 4.8
		A Atividade de AI apoia classes profissionais – KPA 4.3				
		Planejamento da força de trabalho – KPA 4.2				
Nível 3 – Integrado	Serviços de consultoria – KPA 3.2	Criação de equipe e competência – KPA 3.5	Estrutura de gestão da qualidade – KPA 3.7	Medidas de desempenho – KPA 3.10	Coordenação com outros grupos de revisão – KPA 3.12	CAI Informa à Autoridade de Mais Alto Nível – KPA 3.15
	Auditorias de desempenho / <i>value-for-money</i> – KPA 3.1	Profissionais qualificados – KPA 3.4	Planos de auditoria baseados em riscos – KPA 3.6	Informações de custos – KPA 3.9	Componente essencial da equipe de gestão – KPA 3.11	Supervisão e apoio gerencial para a Atividade de AI – KPA 3.14
		Coordenação de força de trabalho – KPA 3.3		Relatórios de gestão de AI – KPA 3.8		
Nível 2 – Infraestrutura	Auditoria de conformidade – KPA 2.1	Desenvolvimento profissional individual – KPA 2.3	Estrutura de práticas profissionais e de processos – KPA 2.5	Orçamento operacional de AI – KPA 2.7	Gerenciamento dentro da Atividade de AI – KPA 2.8	Acesso pleno às informações, aos ativos e às pessoas da organização – KPA 2.10
		Pessoas qualificadas identificadas e recrutadas – KPA 2.2	Plano de auditoria baseado nas prioridades da gestão e das partes interessadas – KPA 2.4	Plano de negócio de AI – KPA 2.6		Fluxo de reporte de auditoria estabelecido – KPA 2.9
Nível 1 – Inicial	<i>Ad hoc</i> não estruturada; auditorias isoladas ou revisão de documentos e transações com finalidade de aferir correção e conformidade; produtos dependem de habilidades específicas de indivíduos que estão ocupando as posições; ausência de práticas profissionais estabelecidas, além das fornecidas por associações profissionais; financiamento aprovado por gerência, quando necessário; falta de infraestrutura; auditores provavelmente são parte de uma unidade organizacional maior; nenhuma capacidade estabelecida; portanto, inexistência de macroprocessos –chave.					

3 DA AUDITORIA INTERNA

A Audin é regida pelo Decreto 3.591, de 6 de setembro de 2000, em especial pelo Art. 15, e está sujeita à orientação normativa e supervisão técnica da Controladoria Geral da União (CGU). Segue o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal (IN/SFC nº 03/2017). É regida, ainda, pelo Estatuto, pelo Regimento Geral da UFFS e pelo Regimento Interno da Audin.

A equipe de auditoria realiza seus trabalhos através de um conjunto de atividades e ferramentas operacionais (técnicas de auditorias) que visam dar suporte a obtenção de evidências de seus achados. Para auxiliar nas atividades de auditoria a equipe acessa os sistemas informatizados disponibilizados pela gestão da UFFS ou por outros órgãos do governo federal.

A missão da auditoria interna é “Fortalecer e assessorar a alta administração da entidade, buscando agregar valor à gestão”, ao passo que sua visão é “Ser a expressão máxima de fortalecimento e de consolidação dos controles internos da UFFS”.

No âmbito da Audin da UFFS, o PGMQ foi instituído em outubro 2020, e nele está previsto que o IA-CM também poderá ser utilizado, de forma complementar, no contexto das avaliações internas periódicas.

Assim, a Audin observou a necessidade de identificar o nível de maturidade em que se encontra sua capacidade, a fim de acompanhar as inovações das boas práticas internacionais/globais de governança e de gestão, bem como de agregar valor à UFFS.

Portanto, este relatório de diagnóstico IA-CM tem por objetivo demonstrar o resultado dessa autoavaliação realizada para identificar em qual nível IA-CM a Audin da UFFS se encontra, bem como as ações a serem realizadas para o atingimento do próximo nível 2 do Modelo IA-CM (meta inicial). Vale ressaltar que o planejamento para o alcance do próximo nível 2 deve ser realizado até dezembro de 2023.

4 METODOLOGIA

A implantação do IA-CM na Audin da UFFS teve início a partir da realização de *benchmarking* com a Controladoria Geral da União, uma vez que esta adota a referida metodologia. Após o conhecimento da ferramenta, e de realização de capacitações que abordavam o assunto de maneira ampla, a próxima etapa se consistiu na capacitação específica e sistematizada do tema, por servidora da Audin, por meio da realização do Curso IA-CM, ocorrido em dezembro de 2022. O objetivo do treinamento foi capacitar

servidora da Auditoria Interna para que fosse possível adotar as boas práticas requeridas pelo *Internal Audit – Capability Model* (IA –CM), desenvolvendo processos e atividades essenciais para avançar em maturidade.

Após a capacitação, a servidora transferiu os conhecimentos adquiridos por meio de conversas, presenciais e via *webex*, às demais colegas do setor.

Posteriormente, no mês de abril, considerando-se a meta a ser atingida, qual seja, o “nível 2”, foi realizada a autoavaliação de cada um dos elementos fundamentais e seus respectivos processos, atividades e práticas, identificando o nível de capacidade em que cada KPA se encontrava.

Elementos fundamentais:

- 1 – Serviços e Papel da AI; Gerenciamento de Pessoas.
- 2 – Práticas Profissionais; Gerenciamento do Desempenho e *Accountability*.
- 3 – Cultura e Relacionamento Organizacional e Estrutura de Governança.

Por meio de uma oficina desenvolvida na própria Audin, a Auditora–Chefe apresentou sua análise às demais colegas, momento que foi possível colher as sugestões e atingir o senso comum no âmbito da Audin.

Após finalizado o diagnóstico da autoavaliação será possível traçar um planejamento para atingir o estado desejado de maturidade prospectado (Nível 2), com realização, até dezembro de 2023, da proposta do plano de ação para que a Auditoria Interna possa alcançar tal nível.

5 ESCOPO E ABORDAGEM

O escopo desse trabalho de avaliação realizado pela Audin refere-se aos KPAs do Nível 2, considerando-se os seis elementos essenciais para uma atividade de auditoria interna estabelecidos no IA–CM, quais sejam:

1. Serviços e Papel da Audin: o papel que se espera da auditoria interna dentro da organização, identificado pelo grupo de supervisão da organização, pela alta gestão e por quaisquer outros *stakeholders*. Os serviços prestados pela Audin geralmente são baseados nas necessidades da organização e na autoridade, escopo e capacidade da atividade da Audin.

2. Gestão de Pessoas: as habilidades e aptidões dos membros da atividade de AI e o ambiente em que trabalham, para garantir que ele permita que as pessoas tenham o melhor desempenho possível.

3. Práticas Profissionais: o *framework* de práticas profissionais estabelecido pela atividade da Audin para orientar e direcionar o trabalho de auditoria interna. Isso inclui todo o espectro de políticas, processos e práticas estabelecidas pela atividade de auditoria interna para permitir que opere de maneira eficiente e eficaz, respeitando as normas profissionais estabelecidas.

4. Gestão do Desempenho e Prestação de Contas: as métricas de desempenho e medidas de prestação de contas estabelecidas pela atividade de auditoria interna para gerenciar, conduzir e controlar as operações da atividade de auditoria interna e para contabilizar seu desempenho, e os resultados alcançados.

5. Relacionamentos e Cultura da Organização: as estruturas e relacionamentos organizacionais estabelecidos pela atividade de auditoria interna, tanto dentro da própria atividade, quanto nos relacionamentos estabelecidos na organização como um todo.

6. Estrutura de Governança: as estruturas de governança implantadas pelo conselho (órgão de governança de uma organização) para informar, dirigir, gerenciar e monitorar as atividades da organização em direção ao atingimento de seus objetivos.

Muito embora o IA-CM contemple a possibilidade de evolução quanto à capacidade de auditoria interna: 1) Inicial; 2) Infraestrutura; 3) Integrado; 4) Gerenciado e 5) Otimizado, o escopo para a autoavaliação realizada contemplou os dois primeiros níveis, quais sejam: 1) Inicial e 2) Infraestrutura.

Nível: Inicial

Neste nível, a organização enfrenta o risco de não poder contar ou usufruir dos benefícios de uma Auditoria Interna que agrega valor. Devido à falta de infraestrutura e capacidade (maturidade) institucional, o nível inicial, ao contrário de outros níveis no IA-CM, não é um nível em que se é desejável permanecer, uma vez que a auditoria interna deve ser sustentada e contribuir de maneira confiável e consistente para melhorar as operações da organização. Neste nível a unidade de auditoria interna apresenta-se sem KPAs realizando auditorias únicas isolada ou revisões da precisão e conformidade de documentos e transações.

O desafio que se enfrenta, ao avançar para o Nível 2, é o de estabelecer e manter a repetibilidade dos processos e, portanto, uma capacidade repetível. Para que a Auditoria interna seja classificada em determinado nível de capacidade, é necessário que todos os KPAs daquele nível sejam institucionalizados.

Nível 2: Infraestrutura

O objetivo principal do Nível 2 é incutir uma disciplina de processo na atividade de auditoria interna que garanta que práticas e processos básicos sejam executados de forma regular e repetida. Para isso, faz-se necessário o desenvolvimento de suas estruturas administrativa e de gestão e de um Regimento Interno que estabeleça o objetivo, a autoridade e a responsabilidade da atividade e as relações de subordinação (administrativa e funcional) dentro da UFFS. Políticas organizacionais devem estabelecer total acesso a informações, ativos, e pessoas que conduzem o trabalho.

Neste nível, a Auditoria Interna conduz principalmente auditoria de conformidade tradicional ou baseada em controle, isto é, auditorias de conformidade e aderência de uma determinada área, processo ou sistema as diretrizes, planos, procedimentos, leis, regulamentos, contratos e outros normativos. Isso pode incluir auditorias financeiras, bem como sistema ou processos de auditoria que avaliam se uma estrutura de controle interno apropriada está em vigor e se está funcionando.

Há o recrutamento de pessoas com competências e habilidades necessárias e relevantes para realizar o trabalho. No entanto, até certo ponto, continua a haver dependência de pessoas individuais e suas habilidades e competências pessoais.

Práticas, processos e procedimentos documentados são desenvolvidos, entretanto, podem não estar institucionalizados. O esforço de gerenciamento da atividade de auditoria interna é principalmente voltado para as próprias operações e relacionamentos, estrutura organizacional, preparação e monitoramento do orçamento, planejamento anual, ferramentas tecnológicas de auditoria e auditorias de desempenho. Interações com gestores têm foco no negócio da atividade de auditoria interna. As interações com os gestores organizacionais estão focadas na realização dos negócios da atividade de auditoria interna. É neste nível que observamos oportunidades significativas para melhorar a eficácia da atividade de auditoria interna e progredir para um nível de capacidade mais alto.

Registra-se que a CGU recebeu a certificação para o nível 2 do modelo IA-CM em novembro de 2022, quando foi avaliada pelo Banco Mundial. Assim, cientes da estrutura e capacidade técnica da Audin da UFFS, justifica-se a autoavaliação com escopo delimitado, inicialmente, aos dois primeiros níveis.

6 OBJETIVOS DA AUTOAVALIAÇÃO

A autoavaliação teve como objetivo determinar se a Auditoria Interna da UFFS implantou as atividades necessárias para dominar e institucionalizar os KPAs individuais dos seis elementos de auditoria interna, do nível 2, estabelecidos pelo IA-CM.

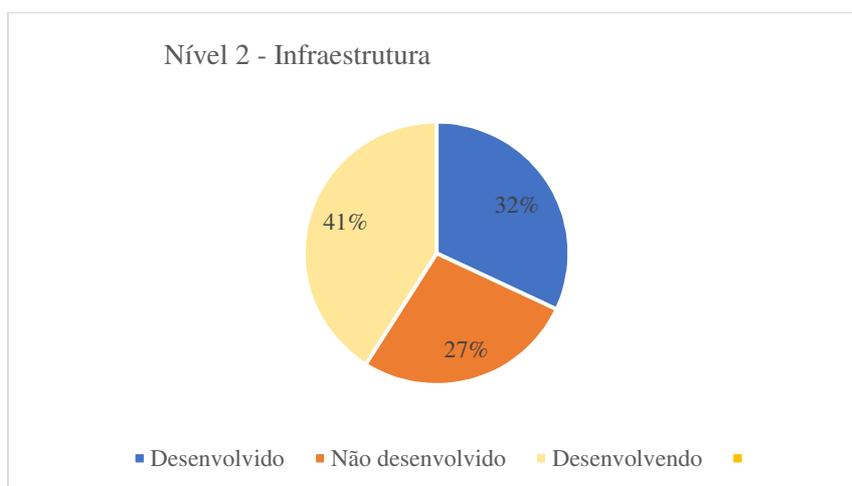
A autoavaliação também foi realizada para determinar o nível geral de capacidade que a atividade de auditoria interna da UFFS atingiu e considerar se são necessários recursos adicionais para atender às necessidades da UFFS.

7 RESULTADO DA AUTOAVALIAÇÃO DAS CAPACIDADES DA ATIVIDADE DE AUDITORIA INTERNA DA UFFS

A partir da realização da autoavaliação detalhada das atividades essenciais executadas pela Audin, considerando-se a Avaliação IA-CM modelo CGU 2017, em que os Kpas do Nível 2 podem ser devidamente comprovados com evidências, identificou-se que Audin encontra-se no Nível 1, com vários KPAs do nível 2 institucionalizados, porém, ainda resta atingir por completo alguns KPAs desse nível e institucionalizar atividades de outros KPAs, na forma requerida pelo Modelo proposto.

Assim, no que se refere ao Nível 2 - Infraestrutura, verificou-se que a Audin possui atualmente 73% de seus KPAs desenvolvidos ou em desenvolvimento, sendo 32% desenvolvidos e 41% em desenvolvimento. Já os KPAs não desenvolvidos representam 27% do total.

O gráfico a seguir demonstra os resultados obtidos pela Audin, de forma consolidada:



O quadro a seguir demonstra um resumo da situação em que se encontram os KPAs do Nível 2 avaliados pela equipe da Audin. O percentual representa a quantidade de atividades de cada KPA que foi desenvolvida, que está em desenvolvimento ou não foi desenvolvida. À título de exemplo, cita-se o KPA “Auditoria de Conformidade”, para o qual o IA-CM elenca 14 atividades essenciais, onde 01 atividade está desenvolvida, 09 em desenvolvimento e 04 não desenvolvidas. Dessa forma, 7% das atividades do KPA estão desenvolvidas (1/14), 64% em desenvolvimento (9/14) e 29% não desenvolvidas (4/14).

Quadro Resumo Avaliação Audin – Nível 2 – Infraestrutura³

KPA	Descrição KPA	Objetivo	Desenvolvido	Desenvolvendo	Não desenvolvido
2.1	Auditoria de conformidade	Realizar uma auditoria de conformidade e de aderência de uma área, de um processo ou de um sistema específico a políticas, planos, procedimentos, leis, regulamentos, contratos ou outros requisitos que regem a condução da área, do processo ou do sistema sujeito à auditoria.	7%	64%	29%
2.2	Pessoas qualificadas identificadas e recrutadas	Identificar e atrair pessoas com competências necessárias e habilidades relevantes para executar o trabalho da atividade de AI. Auditores internos adequadamente qualificados e recrutados são mais propensos a fornecer credibilidade aos resultados da auditoria interna.	0%	60%	40%
2.3	Assegurar que os auditores internos mantenham e aumentem continuamente suas capacidades profissionais.	Assegurar que os auditores internos mantenham e aumentem continuamente suas capacidades profissionais.	60%	40%	0%
2.4	Plano de auditoria baseado nas prioridades da gestão e partes interessadas	Desenvolver planos periódicos (anuais ou plurianuais) para os quais serão fornecidas auditorias e/ou outros serviços, baseados em consultas com a gestão e/ou com outras partes interessadas (stakeholders).	63%	25%	13%
2.5	Estrutura de práticas profissionais e de processos	Ajudar e facilitar a realização dos trabalhos de auditoria, com independência, objetividade, competência e zelo profissional devidos, previstos no Regulamento Interno/Estatuto de auditoria e na Missão de Auditoria Interna, na Definição de Auditoria Interna, no Código de Ética e nas Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (os Padrões). As práticas profissionais e a estrutura de processos incluem políticas, processos e procedimentos que orientarão a atividade de AI na gestão das suas operações, no desenvolvimento de seu programa de trabalho de auditoria interna e no planejamento, na execução e na relatoria dos resultados das auditorias internas.	62,5%	37,5%	0%
2.6	Plano de negócio de Auditoria Interna	Estabelecer um plano periódico para entregar os serviços da atividade de AI, incluindo serviços de apoio e de administração, e os resultados esperados.	0%	17%	83%
2.7	Orçamento operacional de Auditoria Interna	Receber dotação e usar o próprio orçamento operacional para planejar os serviços da atividade de AI.	75%	25%	0%
2.8	Gerenciamento dentro da Atividade de AI	Focar o esforço de gestão da atividade de AI em suas próprias operações e relações dentro da própria atividade, tais como estrutura organizacional, gestão de pessoas, preparação do orçamento e monitoramento, planejamento anual, fornecendo a tecnologia e as ferramentas de auditoria necessárias, e realizando auditorias. As interações com os gestores organizacionais estão focadas em realizar o negócio da atividade de AI.	0%	50%	50%
2.9	Fluxo de reporte de auditoria estabelecido	Estabelecer canais formais de reporte (administrativo e funcional) para a atividade de AI.	50%	50%	0%
2.10	Acesso pleno às informações, aos ativos e às pessoas da organização	Fornecer autoridade para a atividade de AI obter acesso a todas as informações, aos ativos e às pessoas que sejam necessárias para executar suas funções.	25%	0%	75%

8 CONCLUSÃO

No geral, concluímos que a Audin encontra-se no Nível 1 (Inicial) do IA-CM. Foi possível constatar que 73% das atividades do nível 2 estão desenvolvidas ou em desenvolvimento e 27% não foram iniciadas.

Isso significa que a Audin já iniciou um caminho evolutivo de desenvolvimento de sua capacidade, o que facilita a adição do modelo visando atingir o nível adequado que atenda às necessidades da UFFS.

Para tanto, deve ser elaborado, até dezembro de 2023, um Plano de Ação da Audin que contenha a sistematização e a priorização das atividades do projeto de implantação do Modelo IA-CM, na UFFS, visando o atingimento do nível 2. Este plano será um mecanismo fundamental de controle, sendo a principal entrada para o monitoramento e avaliação do planejamento.

Destaca-se que para atingir uma determinada capacidade é necessário institucionalizar todos os KPAs dos elementos de um nível de capacidade na Audin e, ao institucionalizar KPAs de um nível se estabelece a base para práticas e capacidades para o próximo nível.

Assim, a Audin planeja atingir o nível 2 (Infraestrutura) em sua totalidade, para, posteriormente, buscar o nível 3 (Integrado). Para tanto, será elaborado o Projeto Estratégico do IA-CM que agrupa todas as ações propostas a partir deste diagnóstico realizado. O Projeto tem como objetivo melhorar a eficiência e efetividade da auditoria interna, de forma ordenada, para aumentar o valor agregado à UFFS pelos serviços prestados pela Audin.

Com a execução do projeto proposto, espera-se conduzir a Audin a um caminho seguro rumo à melhoria dos processos de trabalho e conseqüente alcance dos níveis de excelência do IA-CM.

³ Fonte: Baseado no modelo inserido no Relatório de Diagnóstico do IACM do STJ.

REFERÊNCIAS

[Instrução Normativa SFC nº 3, de 9 de junho de 2017 - Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal.](#)

[Instrução Normativa SFC nº 8, de 6 de dezembro de 2017.](#) Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, que estabelece os procedimentos para a prática profissional da atividade.

[Portaria nº 777, de 18 de fevereiro de 2019.](#) Dispõe sobre recomendação para que as Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG) utilizem como referência, preferencialmente, a metodologia Internal Audit Capability Model (IA-CM), do Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Relatório de Diagnóstico do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: < <https://transparencia.stj.jus.br/auditoria-interna/ia-cm/> >. Acesso em Abril. 2023. IA-CM (Internal Audit Capability Model). Curso IIA – Modelo de Capacitada da Auditoria Interna, realizado em dezembro de 2022.



Auditoria Interna

Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Rodovia SC 484 - Km 02, Fronteira Sul, Chapecó (SC)

Sala 03 (Subsolo) - Prédio da Biblioteca - CEP: 89815-899

WhatsApp Institucional (49) 2049-3131/3132/3144.